



**Comunicado de imprensa
Para divulgação imediata
Luxemburgo, 16 de dezembro de 2014**

Os investimentos aeroportuários financiados pela UE registaram uma falta de otimização dos recursos, afirmam os auditores da UE

Um relatório publicado hoje pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE) revela que os investimentos aeroportuários financiados pela UE não obtiveram os resultados previstos e registaram uma falta de otimização dos recursos. De acordo com os auditores da UE, devido à inexistência de um planeamento e de previsões adequados, alguns dos aeroportos financiados estavam localizados demasiado próximos uns dos outros e alguns projetos de construção foram sobredimensionados, tendo em conta o número de aeronaves e de passageiros envolvidos.

"Constatámos que alguns aeroportos não eram rentáveis a longo prazo, outros foram subutilizados e alguns não foram utilizados de todo", afirmou George Pufan, o Membro do TCE responsável. "O tráfego aéreo europeu deverá duplicar até 2030. Para que a Europa dê resposta a este aumento da procura, tanto a Comissão como os Estados-Membros devem melhorar a forma de investir nos nossos aeroportos, financiando apenas os que são rentáveis e aqueles em que existe uma verdadeira necessidade de investimento."

Os auditores da UE examinaram projetos de investimento em 20 aeroportos – em Espanha, na Estónia, na Grécia, em Itália e na Polónia – que receberam um financiamento da UE superior a 600 milhões de euros entre 2000 e 2013. Os auditores constataram que apenas metade destes aeroportos conseguiu demonstrar a necessidade dos investimentos financiados pela UE, que as infraestruturas financiadas foram, em muitos casos, subutilizadas, e que investimentos correspondentes a 38 milhões de euros não foram utilizados de todo.

Apenas metade dos aeroportos auditados aumentou o número de passageiros e, em mais de metade dos casos, as previsões de aumento do tráfego aéreo foram demasiado otimistas. Em Córdova, por exemplo, em 2013 viajaram menos de 7 000 passageiros, contra os 179 000 previstos. Além disso, na maioria dos aeroportos existiam poucas provas de uma melhoria no serviço prestado aos clientes ou de benefícios socioeconómicos regionais, tais como a criação de empregos adicionais.

Sete aeroportos, especialmente os que têm menos de 100 000 passageiros por ano, não são financeiramente autossustentáveis e terão dificuldades em continuar a funcionar sem mais dinheiro público. Na Grécia, por exemplo, as receitas de 176 000 euros do aeroporto de Castória entre 2005 e 2012 foram insignificantes face aos 7,7 milhões de euros de custos totais da manutenção do aeroporto em funcionamento durante esse mesmo período. Os auditores concluíram que o investimento de mais 16,5 milhões de euros na ampliação da pista de aviação de Castória (que nunca foi utilizada pelo tipo de aeronave para o qual foi construída) não pode ser considerado como uma utilização eficaz dos fundos públicos.

Na maioria dos aeroportos auditados, os auditores detetaram atrasos na construção e na entrega das infraestruturas, com um atraso médio de próximo dos dois anos. Quase metade dos aeroportos registou custos excessivos, o que significa que os Estados-Membros tiveram de gastar perto de 100 milhões de euros dos seus orçamentos nacionais para além do inicialmente previsto.

Os auditores constataram que o financiamento da UE não foi bem coordenado pelos Estados-Membros. Por exemplo, em Espanha, na Estónia, na Grécia e em Itália não existia um plano estratégico de desenvolvimento aeroportuário a longo prazo. Por outro lado, o financiamento foi supervisionado de forma insuficiente pela Comissão que, de um modo geral, não sabe quais são os aeroportos que recebem financiamento nem o respetivo montante. Esta situação impede a Comissão de ter uma visão completa de todos os investimentos da UE em aeroportos e limita as suas possibilidades de assegurar um acompanhamento e garantir que as políticas são concebidas e executadas de forma adequada.

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral encontra-se em www.eca.europa.eu

ECA Press

Damijan Fišer – Adido de imprensa

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

Tel.: (+352) 4398 45410 Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

E-mail: press@eca.europa.eu

@EUAuditorsECA

Youtube: [EUAuditorsECA](https://www.youtube.com/EUAuditorsECA)

eca.europa.eu

Nota aos diretores das publicações

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) publica ao longo do ano relatórios especiais apresentando os resultados de auditorias selecionadas de domínios orçamentais da UE ou de aspetos de gestão específicos.

O presente Relatório Especial (nº21/2014), intitulado "**Infraestruturas aeroportuárias financiadas pela UE: falta de otimização dos recursos**", analisa os investimentos em infraestruturas aeroportuárias financiados pela UE e examina se existiu uma necessidade comprovada de realizar esses investimentos, se as construções foram concluídas de acordo com o prazo e o orçamento e se as novas infraestruturas construídas ou modernizadas foram plenamente utilizadas. A auditoria, realizada entre maio de 2013 e outubro de 2014, também examinou se estes investimentos resultaram num maior número de passageiros e na melhoria do serviço prestado ao cliente, e se os aeroportos financiados eram financeiramente viáveis.

A UE atribuiu cerca de 4,5 mil milhões de euros ao longo dos períodos de programação de 2000-2013 a infraestruturas aeroportuárias através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo de Coesão (FC) e da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T). Mais de 2,8 mil milhões de euros provieram do FEDER e do FC, tendo 75% deste montante sido investido em Espanha, na Grécia, em Itália e na Polónia.

A auditoria centrou-se em 20 aeroportos financiados pela UE em cinco Estados-Membros (oito em Espanha, dois na Estónia, três na Grécia, cinco em Itália e dois na Polónia). Estes aeroportos receberam um financiamento total da UE de 666 milhões de euros durante os períodos de programação de 2000-2006 e 2007-2013, através do FEDER e do FC, dos quais foram auditados 460 milhões de euros.

Conclusões dos auditores da UE

Os investimentos aeroportuários financiados pela UE registaram uma falta de otimização dos recursos. Foram financiados demasiados aeroportos, muitas vezes muito próximos uns dos outros e, em muitos casos, as infraestruturas financiadas pela UE foram sobredimensionadas. Apenas metade dos aeroportos auditados conseguiu aumentar o seu número de passageiros e as melhorias do serviço prestado ao cliente não foram medidas ou não foram comprovadas.

Recomendações dos auditores da UE

- A **Comissão** deve garantir que, no período de programação de 2014-2020, os Estados-Membros apenas atribuem financiamento da UE a infraestruturas aeroportuárias em aeroportos financeiramente viáveis e cuja necessidade de investimento tenha sido devidamente avaliada e comprovada. Esta questão deve fazer parte da aprovação e do acompanhamento dos Programas Operacionais por parte da Comissão.
- Os **Estados-Membros** devem elaborar planos regionais, nacionais e supranacionais coerentes para o desenvolvimento de aeroportos, de forma a evitar o excesso de capacidade, a duplicação e os investimentos descoordenados em infraestruturas aeroportuárias.

Nas suas respostas, anexadas ao presente relatório, a Comissão garante que obteve lições desta experiência. Em consequência, adotou uma abordagem radicalmente diferente na legislação relevante para o período de programação de 2014-2020.